



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – SR2**  
**Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente**  
**Doutorado Interdisciplinar**



**Linha de pesquisa: Construção social do meio ambiente**

**Projeto de pesquisa: Territorialidades socioambientais e gestão da água e efluentes domésticos em Teresópolis, RJ: acompanhamento da transição de gestão pública para gestão privada e a influência dessa transição nos territórios de favelas do município.**

**Doutorando (a): Jéssica Alves Coelho**

**Orientador (a): Prof. Dr. Rafael Ângelo Fortunato**

**Situação: em andamento**

**Previsão de defesa: 2028**

Resumo:

Água é definida como um bem comum, de utilização não capitalista e recurso essencial à manutenção da vida. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2023), o consumo humano é tido como prioritário em comparação às demais utilizações nos casos de escassez. A ONU estabeleceu o asseguramento do direito à água em junho de 2010 e este direito deve ser observado pelos países signatários do documento. O Brasil, além de ser signatário, possui esse direito estabelecido pela Política Nacional de Recursos Hídricos, que também preconiza o consumo humano em casos de escassez. No caso de Teresópolis, cidade localizada na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, a questão da distribuição de água potável e da coleta e tratamento dos efluentes doméstico, requer atenção. A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) geriu o abastecimento de água na cidade por mais de cinquenta anos e, mesmo tendo atingido o índice de 100% de abastecimento de água na zona urbana do município, não procedeu com a coleta e tratamento de efluentes domésticos corretamente. Não há coleta e tratamento desses resíduos, tão pouco há um plano de drenagem para águas pluviais na cidade (Instituto Trata Brasil, 2023). Como solução, a Prefeitura Municipal, após imbróglis judiciais e à controvérsia da opinião popular, privatizou a concessão do serviço de abastecimento de água e efluentes domésticos na cidade. A empresa ganhadora da licitação foi a Águas da Imperatriz, do Grupo Águas do Brasi, que vai gerir o abastecimento de água e tratamento de efluentes na cidade pelos próximos vinte e cinco anos. Desta forma, a questão de pesquisa deste pré projeto procura entender qual nova dinâmica da gestão da água pode se desenhar nos territórios de favela na cidade e em que este cenário pode influenciar em novas territorialidades socioambientais no cotidiano destes locais. Admite-se como

hipótese que é possível projetar a amplificação do problema relacionado ao serviço de tratamento de água e esgoto nas favelas teresopolitanas, uma vez que empresas privadas tem o lucro como premissa, diferentemente do funcionalismo público que, de acordo com a Constituição Federal, tem como princípios a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Ademais, sendo as favelas ocupadas por maioria de pessoas negras, essa é uma questão que pode ser analisada sob a lente do racismo ambiental. Portanto, dessa dinâmica de transição podem surgir novas territorialidades socioambientais em função da defesa de direitos relacionados à água dentro desses das favelas. Desta maneira, este projeto de pesquisa tem como objetivo principal realizar o acompanhamento da transição da gestão pública da água e efluentes domésticos para a gestão privada e da influência dessa transição nos territórios de favelas do município de Teresópolis/RJ junto aos coletivos e associações locais. Este projeto de pesquisa justifica sua relevância, uma vez que o período de permanência da gestão privada no abastecimento de água e efluentes na cidade se estenderá por um período de vinte e cinco anos. A influência dessa transição precisa ser estudada a fim de gerar dados que podem ser importantes na análise da qualidade do serviço dentro dos diferentes territórios da cidade. A pesquisa pode ainda fomentar ainda mais o debate sobre questão, evidenciando o protagonismo dos moradores de favela e suas representações na defesa e na possível criação de novas dinâmicas de enfrentamento e/ou manejo dessa nova gestão dos serviços relacionados à água no município.

Palavras-chave: água; territorialidades socioambientais; favela.

Referências:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 02 nov. 2024.

**Consumo vampírico está esgotando a água no mundo, afirma secretário-geral da ONU**. Disponível em: <[https://brasil.un.org/pt-br/224386-consumo\\_vamp%C3%ADrico-est%C3%A1-esgotando-%C3%A1gua-no-mundo-afirma\\_secret%C3%A1rio-geral-da-onu](https://brasil.un.org/pt-br/224386-consumo_vamp%C3%ADrico-est%C3%A1-esgotando-%C3%A1gua-no-mundo-afirma_secret%C3%A1rio-geral-da-onu)>. Acesso em 15 abr. 2024

Instituto Trata Brasil. **Rancking do Saneamento do Instituto Trata Brasil de 2023 (SNIS 2021)**. Disponível em < [https://tratabrasil.org.br/wp\\_content/uploads/2023/03/Versao-Final-do-Relatorio\\_Ranking-do-Saneamento-de-2023-2023.03.10.pdf](https://tratabrasil.org.br/wp_content/uploads/2023/03/Versao-Final-do-Relatorio_Ranking-do-Saneamento-de-2023-2023.03.10.pdf)> Acesso em 15 abr. 2024